

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATALIA APARECIDA ALENCAR DO AMARAL FÉLIX

**ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NOS INDICES DE
DESEMPREGOS**

CURITIBA
2016

NATALIA APARECIDA ALENCAR DO AMARAL FÉLIX

**ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NOS INDICES DE
DESEMPREGOS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Gestão de Pessoas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Profa. Mayla Cristina Costa

CURITIBA
2016

NATALIA APARECIDA ALENCAR DO AMARAL FÉLIX

**ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NOS INDICES DE
DESEMPREGOS**

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista,
Curso de Especialização em Gestão de Negócios, Setor de Ciências Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Professor
Universidade Federal do Paraná

Professor
Universidade Federal do Paraná

Professor
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA, 10 de junho de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida.

Ao meu avô João Alencar, o maior exemplo de ética e de honestidade, quem me ensinou a ser destemida e guerreira, o maior motivo e incentivo que tive para nunca desistir.

Agradeço a minha avó Luzia pelos cuidados maternos. E a minha mãe Maria pelo exemplo de mulher corajosa e batalhadora.

Agradeço em especial meu marido Fabio Felix, meu amigo, companheiro, meu mestre que me ensina me apoia e está sempre ao meu lado me lapidando.

*“Podemos julgar o coração de um homem
pela forma como ele trata os animais”.*

IMMANUEL KANT

RESUMO

O objetivo do trabalho é investigar a abertura comercial e suas influências nos índices de desemprego no Brasil no início da década de 1990, levantar as principais transformações ocorridas na economia brasileira em função da abertura comercial, especialmente em sua correlação com os índices de desemprego. O trabalho destaca as principais medidas adotadas para o processo de liberalização comercial, sendo: abolição de alguns regimes especiais de importação, flexibilização de barreiras não tarifárias, redução das tarifas de importação, incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado, privatizações, liberalização financeira, além de planos de estabilização econômica, com objetivo de proporcionar um ambiente favorável para o aumento da competitividade da economia brasileira. Entretanto estudos apontam que a abertura comercial ocasionou perdas de emprego, principalmente em função da maior concorrência direta, e também em função de aumentos da produtividade, dentre outros fatores. Dessa forma conclui-se destacando a necessidade de investimentos maciços na educação e qualificação das pessoas para o mercado de trabalho e também na geração de postos de trabalho. Para tanto é necessário superar ou ao menos minimizar alguns entraves da economia brasileira tais como: a elevada carga tributária, a precária qualidade da educação pública, o ainda elevado índice de desemprego e informalidade, dentre outros.

Palavras-Chave: Abertura Comercial, Desemprego, Emprego.

ABSTRACT

Work Objective to investigate and trade liberalization and their influence on unemployment rates in Brazil did not start the 1990, decade rising main transformations that occurred in the Brazilian Economy in the commercial opening function, especially in its correlation with unemployment rates. The work stands out as the main measures adopted to you for trade liberalization process, as follows: Abolition of some special Import regimes, easing barriers tariff No, reduction of import rates, incentives for capital inflows Foreign Market deregulation, privatization , financial liberalization, addition to Economic stabilization Plans with Purpose to provide hum favorable environment for increasing competitiveness of the Brazilian economy. studies point a commercial opening caused job losses, especially in function of Major Direct Competition, and Productivity Increases Also in function, other page among factors. This conclusion is so highlighting the need for massive investments in Education and Qualification of Persons to the Labour Market and Also in the Work Force Generation. This requires overcoming UO At Least Minimize Some barriers of Brazilian Economy Such as: the High tax burden, poor Quality of Public Education, the still high unemployment rate and informality, among other.

Keywords: trade liberalization, Unemployment, Employment.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL.....	31
GRÁFICO 2 – TAXA DE DESEMPREGO DESSAZONALIZADA.....	32
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo Geral	9
1.2.2 Objetivo Específico.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 ABERTURA COMERCIAL: CONCEITO E EVOLUÇÃO.....	13
2.2 A RELAÇÃO ENTRE ABERTURA COMERCIAL E TAXA DE CÂMBIO	15
2.3 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA APÓS INTENSIFICAÇÃO DA ABERTURA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	17
2.4 REFLEXOS DA ABERTURA COMERCIAL NO DESEMPREGO.....	20
2.5 TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO	25
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 ANÁLISE DESCRITIVA.....	28
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	30
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os países vêm experimentando crescimento significativo nos fluxos de comércio, estimulados pela redução de tarifas, acordos comerciais bilaterais, dentre outras medidas favoráveis ao processo de abertura comercial, cujas mudanças tendem a causar impactos na estrutura de emprego.

No Brasil, após décadas de política de comércio exterior voltada a industrialização através da substituição de importações, o país passou por um amplo processo de mudanças na política comercial iniciado na década de 1990.

Em razão dessas mudanças, foram aplicadas políticas de desregulação, sendo: abolição de alguns regimes especiais de importação, redução das tarifas de importação, incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado, privatizações, liberalização financeira, além de planos de estabilização econômica, com objetivo de proporcionar um ambiente favorável para o aumento da competitividade da economia brasileira assim como uma eliminação gradual de barreiras não tarifárias e redução acentuada nas alíquotas de importação, o que resultou ao país, expor sua produção doméstica proporcionando uma maior liberalização comercial à concorrência internacional.

No início do ano de 1994 teve início o plano real que proporcionou condições para o controle da inflação enfrentada até então pelo país, que causava instabilidade nos processos gerando elevados custos sociais.

Conforme dito, políticas de abertura comercial reinaram no Brasil no final da década de 1980 e 1990 somaram-se ao plano real, impactando diretamente nas relações econômicas e nas estruturas produtivas do Brasil e por consequência para o nível de emprego e renda.

Segundo Raposo e Machado (2002), as reformas estruturais, especialmente de comércio, tendem a induzir a demanda e absorção de trabalhadores qualificados. Em relação à oferta os autores destacam a tendência histórica do aumento da participação de trabalhadores com maior nível de escolaridade devido a inovações e avanços tecnológicos os trabalhadores qualificados beneficiam-se de forma diferenciada em relação aos trabalhadores não qualificados, devido à complementaridade entre tecnologia, capital e trabalho qualificado.

Dadas sua relevância para o desenvolvimento e crescimento do país, o tema é frequentemente estudado e analisado pela ciência econômica e por equipes governamentais em razão dos elevados índices de desemprego e concentração de renda.

A questão ventilada disserta sobre os impactos que abertura comercial tem nos empregos, investigando sua abertura e evolução, levantando as principais transformações ocorridas na economia brasileira, através de uma revisão literária ao tema.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Na década de 1990, mudanças significativas na estrutura produtiva da economia brasileira aconteceram em razão de uma abertura comercial ocorrida, o que, conseqüentemente o mercado de trabalho foi o mais alterado. Ocorreram grandes influências nos salários, juntamente com a qualificação da mão de obra pelo aumento de sua oferta.

a) Para doutrinadores de variadas tendências, a melhor forma de um país enriquecer é engajar no comércio com outros países, abrindo seu mercado e tendo relações internacionais a fim de um comércio competitivo e mundial. As teorias mais rígidas de crescimento econômico atribuem grande mérito às economias de escala criadas pela abertura dos mercados. Nesse sentido, o problema de pesquisa proposto é: **Quais os principais impactos da liberalização comercial sobre a distribuição de renda no período após 1990?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Ate à década de 80 a economia sempre esteve em constante instabilidade, vivendo uma economia turbulenta e incerta, porem com a abertura comercial ocorrida em 1990, novos patamares surgiram para a economia do Brasil.

O então presidente da república em comento Fernando Collor de Mello deu início a um processo de abertura comercial para que as empresas brasileiras se preparassem para o processo de competição mundial.

Esse processo de abertura trouxe vários ganhos para o país, sendo um dos aspectos mais notáveis a redução de preços para o consumidor, a competição trouxe um barateamento nos bens de consumo. Ao mesmo tempo, aumentou a variedade de escolha, incluindo produtos mais sofisticados.

A grande sensibilidade e o impacto maior foram no mercado de trabalho, com vários produtos importados no mercado e por vezes de menor custo dos que os nacionais os empresários brasileiros se obrigaram a adequar seus produtos nas condições preço\qualidade, e diante de tal fato os trabalhadores defronte aos avanços necessitaram se qualificar se aperfeiçoarem para um mercado emergente e competitivo mundialmente.

Em consonância com os argumentos descritos o presente trabalho vem elucidar a abertura comercial e suas influencias no mercado de trabalho no Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

No Brasil, após décadas de política de comércio exterior voltada a industrialização através da substituição de importações, o país passou por um amplo processo de mudanças na política comercial iniciado na década de 1990. Doutrinadores destacam que a maior influencia foi no mercado de trabalho, diante dos fatos faz se necessário:

- b)** Investigar a importância da abertura comercial no Brasil acontecida pós década de 1990.
- c)** Levantar as principais transformações ocorridas na economia brasileira.
- d)** Sondar os principais impactos da abertura comercial no emprego no período.
- e)** Demonstrar os principais impactos da liberalização comercial sobre a distribuição de renda no período após 1990.

1.3 JUSTIFICATIVA

Dada a relevância para o desenvolvimento e crescimento do país, o tema abertura comercial no Brasil e suas Influencias nos índices de desemprego, é um tema analisado e estudado pela ciência econômica e por equipes governamentais em razão dos elevados índices de desemprego, e as vastas influencias na economia brasileira .

Nos últimos anos o Brasil tem passada por varias mudanças no mercado internacional e desde a década de 1990 ela vem abrindo seu mercado, dando amplo espaço para o comércio exterior.

Diante de tais complexidades para a economia, faz se necessário o presente estudo a fim de verificar os reflexos dessa abertura, e as principais mudanças para o nível de emprego no Brasil a partir da década de 1990.

A análise não teve o objetivo de abordar de maneira detalhada todas as variáveis que influenciam o nível de emprego, mas apenas relacionar de que forma a abertura comercial causa impactos no mercado de trabalho. Outrossim, vale salientar que as mudanças ocorridas no nível de emprego e no grau de desigualdade de renda da economia brasileira não são creditadas totalmente ao fator abertura comercial, mas esta é apenas um dos fatores que influenciaram aquelas variáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

RAPOSO E MACHADO (2002) explica que a abolição de alguns regimes especiais de importação, flexibilização de barreiras não tarifárias, redução das tarifas de importação, incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desburocratização do mercado, privatizações, liberalização financeira, além de planos de fortalecimento da econômica, com o propósito de proporcionar um ambiente favorável para o aumento da competitividade da economia brasileira, trouxeram grandes mudanças para a economia desde a sua abertura e no decorrer dos anos seguintes:

A economia brasileira, entre o pós-guerra e até o final da década de 80, orienta-se por uma política desenvolvimentista de substituição de importações, extremamente protegida, e com insignificante grau de exposição à concorrência externa. A partir do início da década de 90, a política de comércio internacional do país sofre profundas alterações, com liberalização comercial acompanhada por incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado e privatização das empresas, além de medidas de estabilização.

A nova orientação política econômica visa integrar o Brasil ao cenário de globalização mundial. A integração econômica do país provoca transformações no mercado de trabalho, sobretudo em termos de emprego e salários. (RAPOSO, Daniela Almeida; MACHADO, Ana Paula, 2002).

Na década de 90, o Brasil passou por consideráveis transformações estruturais que abriram tendência para um novo tipo de inserção internacional do país [Malan (1998)].

A abertura econômica e a privatização, associadas à estabilidade, resultaram em forte incentivo aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, sendo essa a abertura comercial, fazendo a reestruturação avançar; é certo que em alguns setores tiveram mais rapidamente que em outros investimentos e avanços.

Como resultado, a produtividade cresceu expressivamente, ainda que, partindo de um patamar bastante baixo.

Depois de uma longa história de taxas de inflação elevadas e crescentes, o Brasil conseguiu estabilizar os preços e fazer a economia crescer, ainda que a taxas moderadas, mas teve um abalo no mercado de trabalho e sucessivamente na renda dos brasileiros.

2.1 ABERTURA COMERCIAL: CONCEITO E EVOLUÇÃO

No início da década de 1990, a política de comércio internacional do Brasil passou por grandes alterações, com a liberalização comercial acompanhada por incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado e privatização das empresas, além de planos de estabilização. da abertura comercial, especialmente em sua correlação com os índices de desemprego.

Em destaque as principais medidas adotadas para o processo de liberalização comercial, sendo: abolição de alguns regimes especiais de importação, flexibilização de barreiras não tarifárias, atenuação das tarifas de importação, incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado, privatizações, liberalização financeira, além de planos de estabilização econômica, com objetivo de proporcionar um ambiente favorável para o crescimento da competitividade da economia brasileira.

Entretanto estudos apontam que a abertura comercial ocasionou perdas de emprego, principalmente em função da maior concorrência direta, e também em função de aumentos da produtividade, dentre outros fatores.

O grau de abertura comercial é medido pela soma do valor das importações e exportações em relação ao PIB (Produto Interno Bruto, a soma das riquezas de um país).

A orientação de política econômica tinha como objetivo integrar o Brasil ao cenário de globalização mundial e, segundo Harisson (1996), a definição do tema abertura comercial pode ser explicada através da ideia de neutralidade:

Neutralidade significa que os incentivos são neutros entre poupar uma unidade de moeda estrangeira através da substituição das importações ou obter uma unidade de moeda estrangeira através das exportações. Claramente, uma economia voltada para as atividades de exportação pode não ser neutra nesse sentido, principalmente se direciona incentivos àquelas atividades através de mecanismos como subsídios. É também possível que a orientação da política comercial possa ser neutra na média e mesmo assim intervir em alguns setores específicos. A medida ideal de abertura comercial capturaria as diferenças entre um regime neutro, o orientado para dentro e o orientado para fora. (HARRISON, 1996, P. 420-421).

Pedroso (2000, p. 51), explica que traduzir essa noção teórica de abertura comercial em indicadores que precisem a orientação da política comercial de um

país, ao longo do tempo, ou de um grupo de países, para um dado instante de tempo, não é uma tarefa trivial. Em geral, a literatura empírica utiliza-se de indicadores unidimensionais, como tarifas e o volume de comércio, ou mesmo propõe indicadores que classifiquem países como abertos ou fechados a partir de critérios subjetivos.

O grau de abertura através de indicadores unidimensionais feito pela análise das barreiras comerciais podem ser captadas segundo Prichett et al.(1996), de duas formas: por intermédio de medidas diretas de incidência daquelas barreiras e por meio dos resultados gerados pela imposição de obstáculos ao comércio. As medidas de resultado baseiam-se em preços relativos e nos fluxos de comércio ao passo que as medidas de incidência têm como objeto as tarifas e qualquer tipo de restrição quantitativa (quotas, restrições administrativas etc.).

A estimativa do grau de abertura da economia conforme Pedroso (2000) de modo geral pode ser medida de maneira simplificada pelo "grau de abertura", ou seja, a intensidade de comércio o qual permite quantificar e comparar a inserção da economia dum país na economia mundial.

Quanto aos critérios subjetivos para definir uma economia como aberta ou fechada Pedroso (2000, p. 54), cita o índice Openness, de Sachs e Warner (1995a), cujo índice classifica uma economia como fechada ($\text{Openness} = 0$) se possui pelo menos uma das características abaixo:

- a) as tarifas médias são maiores ou iguais a 40%;
- b) as barreiras não tarifárias cobrem 40% ou mais do comércio;
- c) o prêmio do câmbio no mercado negro diminuiu no mínimo 20% na década de 1970 ou na de 1980 (ou em ambas);
- d) apresenta monopólio governamental em grande parte das exportações; e
- e) é uma economia socialista.

De forma mais direta, o entendimento de economia fechada é pela falta de comércio com outros países estando em outra ponta, uma economia flexível que comercializa livremente com outros países.

As economias abertas são analisadas mais resistentes do que economias fechadas, em que o comércio exterior não ocorre, e este tipo de economia inclina-se a serem melhores para as empresas, investidores.

Para a economia global, no entanto, as economias abertas podem tornar-se problemáticas, porque quando um grande parceiro comercial passa por experiências de dificuldades econômicas, isso acaba gerando um negativo efeito cascata em todo o mundo. A crise, em vez de ficar delimitada apenas a essa nação, se dissemina por vários países do mundo.

Diante de tal complexidade o mercado interno em especial o mercado de trabalho tende-se a ser afetado, conseqüentemente em países subdesenvolvido devido à educação precária, e a mão de obra qualificada que é baixa.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE ABERTURA COMERCIAL E TAXA DE CÂMBIO

Segundo Miranda (2001), o ano de 1994, foi marcado por uma nova filosofia de estabilização para a economia brasileira, onde a taxa de câmbio deixou de ser uma variável de política comercial e industrial ligada às exigências de ajuste do balanço comercial e à competitividade do setor de comerciáveis e passou a constituir-se a âncora nominal do sistema.

O uso do câmbio como variável de política comercial havia gerado estruturas de mercado ineficientes, com número excessivo de firmas, não permitindo assim escalas competitivas. Por sua vez, a proteção tarifária indiscriminada às empresas nacionais e estrangeiras aqui estabelecidas implicou excessiva diversificação de produtos. Ademais, a exigência de níveis elevados de nacionalização dos produtos finais ensejou alto grau de integração vertical, que impedia os ganhos de competitividade decorrentes da especialização. Proteção elevada por câmbio, barreiras tarifárias e não tarifárias garantiam altas margens de lucro que desestimulavam a redução de custos, e a busca de maior produtividade, bem como garantiam a reprodução de processos e produtos tecnologicamente defasados. Conseqüentemente, os preços nacionais eram superiores aos internacionais, o que era extremamente prejudicial à inserção competitiva do Brasil no comércio internacional. MIRANDA (2001, p. 10).

Miranda (2001), explica que o objetivo da abertura comercial associada a um câmbio valorizado (favorável às importações) era produzir um choque de competitividade na estrutura industrial brasileira possibilitando em médio prazo corrigir as ineficiências herdadas do regime de substituição de importações, proporcionando ganhos de eficiência alocativa; redução dos custos de produção e preços finais; modernizaria plantas pela redução do custo dos equipamentos importados; ajustaria o mix de produtos das firmas; diminuiria o grau de

verticalização produtiva, especializando as empresas segundo suas vantagens competitivas; e aumentaria o volume das exportações, o que compensaria o impacto negativo inicial do aumento das importações sobre o balanço comercial, gerando por fim uma trajetória de crescimento sustentável.

O autor destaca também que o déficit em transações correntes até que esse círculo virtuoso se concretizasse seria financiado por investimentos diretos do exterior, o que garantiria estabilidade à estratégia escolhida.

Já as privatizações sinalizariam novas possibilidades para o investidor internacional, alterando o mix de financiamento do exterior em detrimento dos capitais voláteis e especulativos de curto prazo e, sobretudo, proporcionaria o processo de aumento geral da eficiência da economia brasileira.

Segundo Miranda (2001), a abertura comercial, a simultânea liberalização da conta de capitais e a valorização cambial, magnificada durante os oito meses iniciais do plano real, causaram danos macro e microeconômicas:

Entre 1991 e 1998 a produtividade média da mão-de-obra ocupada aumentou 2,5% ao ano, mas com grandes diferenças setoriais. Acentuou-se, ao longo da década, a divergência dos níveis setoriais de produtividade, obtendo maiores ganhos aqueles setores cujas produtividades já eram mais elevadas antes da liberalização comercial. A correlação existente entre crescimento da produtividade e do produto real é fraca, e entre ganhos de produtividade e variações de preços relativos é nula, tornando, assim, muito difícil estabelecer alguma vinculação empírica entre abertura comercial, elevação de produtividade e mudança de preços relativos. (BONELI, 2000, et al. MIRANDA, 2001, p. 11)

Miranda (2001) ressalta que principalmente após a crise asiática de 1997, os crescentes déficits em transações correntes passaram a ameaçar a credibilidade do regime cambial, e também as tentativas de neutralizar a perda de credibilidade cambial com elevação de juros aprofundaram a recessão interna e a deterioração fiscal do Estado.

Paralelo à persistência da valorização da taxa de câmbio e a magnitude do déficit em transações correntes deixavam claro aos agentes econômicos relevantes que os fundamentais da economia brasileira não sustentariam o regime cambial vigente, então em janeiro de 1999, o real passou a flutuar, assistindo-se, inicialmente, a um overshooting da taxa de câmbio que paralisaria as decisões de investir, produzir e exportar.

Miranda (2001), conclui que, o “choque de competitividade” anunciado não se concretizou nem em retomada significativa dos investimentos em novas plantas, nem em maior competitividade e diversificação do setor de comerciáveis até 1999. As exportações mantiveram-se concentradas em 25 produtos, em sua maioria básicos e semi-manufaturados, cujos preços deprimidos impediriam que a desvalorização do real e a posterior mudança de regime cambial atuassem favoravelmente sobre o desempenho do balanço comercial.

A economia brasileira ainda tem um baixo grau de abertura se comparado a outros Países, por exemplo, em relação a Países asiáticos como China e Índia.

Porém o Brasil tem apresentado nos últimos anos uma evolução positiva em seu processo de integração comercial, fazendo com que se siga o caminho da abertura gradual e constante da economia.

2.3 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA APÓS INTENSIFICAÇÃO DA ABERTURA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A exclusão social no Brasil ocasionada pelo desemprego e má distribuição de renda, sua persistência e a necessidade de conceber mecanismos para minimizá-los foi tema central de interesse da sociedade brasileira na década de 90, e continua sendo tema de pesquisas e estudos devido a sua importância para o bem estar da população pobre e o desenvolvimento do país.

A abertura comercial, na década de 1990 nos países em desenvolvimento e consequentemente o aumento dos fluxos de comércio, levou vários pesquisadores a buscarem, no comércio internacional, explicação para vários fenômenos observados no mercado de trabalho em vários países, notadamente na desigualdade de salários e no desemprego.

Segundo Raposo e Machado (2002), a economia brasileira, entre o pós-guerra e até o final da década de 80, orientou-se por uma política desenvolvimentista de substituição de importações, extremamente protegida, e com insignificante grau de exposição à concorrência externa.

Ainda segundo Miranda (2001), o esgotamento do regime de substituição de importações no Brasil foi seguido por dois choques macroeconômicos relevantes que colocaram às empresas desafios de natureza distinta: ajustarem-se a uma

economia cronicamente inflacionária em contexto de ruptura dos fluxos de financiamento internacional (década de 1980); e, posteriormente, a uma economia aberta, com estabilidade de preços, mas com desequilíbrios fiscais e do balanço de pagamentos (década de 1990).

Miranda (2001) lembra que a liberalização comercial brasileira em 1988/1989 centrou-se na diminuição da redundância tarifária média e na abolição de alguns regimes especiais de importação e que em 1990, foi extinta a maior parte das barreiras não tarifárias e estabelecido o cronograma de redução das tarifas de importação que deveria vigorar entre 1991 e 1994.

A partir do início da década de 1990, a política de comércio internacional do país sofreu profundas alterações, com liberalização comercial acompanhada por incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado e privatização das empresas, além de medidas de estabilização, visando integrar o Brasil ao cenário de globalização mundial, segundo Raposo e Machado (2002).

A economia brasileira encontrava-se, em 1985, fortemente protegida em relação à concorrência internacional na medida em que a tarifa legal média superava 130%, sem considerar uma extensa lista de proibição de importações, que só não envolvia petróleo e bens de capital. Em 1988, inicia-se um processo gradual de abertura que foi fortemente aprofundado a partir de 1990. Embora existisse um cronograma de redução de tarifas compreendendo o período de janeiro de 1991 a dezembro de 1994, a utilização da abertura comercial como um dos mecanismos de controle da inflação levou à antecipação das datas de redução. Em 1994, quando da edição do Plano Real, a tarifa média passa a representar menos de 15%. Depois de 1995, em virtude da deterioração das contas externas, o governo recua na diminuição das tarifas do MERCOSUL, principalmente de bens duráveis, incluindo-os na lista de exceção à tarifa externa comum ou impondo restrições não-tarifárias. No entanto, a partir do segundo semestre de 1996, a retomada dos fluxos de capital externo e as pressões da Organização Mundial de Comércio motivam a flexibilização das restrições não-tarifárias, em especial no setor automotivo. “Ocorre, assim, a consolidação do processo de abertura comercial”. (MACHADO; MOREIRA, 2001, p.4).

A abertura comercial vem também acompanhada por programas de privatização de empresas estatais, desregulamentação de setores e planos de estabilização econômica, com objetivo de proporcionar um ambiente favorável para o aumento da competitividade da economia brasileira.

Segundo Carvalho e Feijó, (1999) No setor privado, a modernização das empresas se materializou, em um primeiro momento (1989-93), através da racionalização da produção e da introdução de componentes importados. De 1994-

98, devido à estabilização econômica proporcionada pela edição do Plano Real, há uma retomada dos investimentos físicos acompanhada por movimento intenso de fusões e aquisições.

No caso dos países em desenvolvimento, foram observadas fortes mudanças nas relações comerciais concomitantes com transformações no mercado de trabalho. As mudanças nas relações comerciais foram, em geral, muito rápidas, uma vez que muitos países adotaram políticas de liberalização comercial repentinas e, por vezes, radicais, o que traz potenciais efeitos para os preços relativos e na alocação dos fatores.” (SOARES, SERVO, ARBACHE, 2000, P. 6 A 7)

De acordo com Soares, Servo, Arbache, a economia brasileira passou por um processo de liberalização comercial sem igual na sua história. Foram eliminadas barreiras tarifárias e não-tarifárias, que resultou, em aumento da participação das exportações e importações no Produto Interno Bruto.

Segundo Kume, Piani e Souza (2000), a média da tarifa efetiva ponderada pelo valor adicionado passou de 67,8%, em 1987, para 37%, em 1990, e 10,4%, em 1995. Além disso, inúmeras barreiras não-tarifárias foram removidas, houve, também, forte processo de liberalização financeira.

Dessa forma, a liberalização comercial foi rápida e extensa, impactando em quase todos os setores da economia brasileira. BARROS et. al. (1996) encontram que a liberalização comercial é responsável pelo declínio no emprego industrial na primeira metade da década de 90, e MOREIRA e NAJBERG (1997) verificam que o aumento do comércio reduziu cerca de 6% os postos de trabalho na indústria.

As transformações ocorridas na década de 90, e seus impactos podem ser sentidos no indicador de crescimento, (PIB) para a década de 90 em comparação com décadas anteriores, claro que não podemos deixar de observar os problemas de estabilidade que o país enfrentou nas décadas anteriores a 90:

Se nos anos 1970 a economia brasileira teve um crescimento médio de 8,8% do PIB, e nos anos 80, considerados a “década perdida”, tivemos uma taxa média anual de crescimento do PIB de 3%, nos anos 90 o crescimento anual médio do país atingiu apenas 1,7% (até 1999). (POCHMANN, 2001, p. 9).

Wolfe (1995) associa a preocupação com exclusão social à ameaça que grupos, até recentemente integrados ao padrão de desenvolvimento vigente, têm sofrido riscos de serem marginalizados, concretizando-se em muitos casos, criando

uma classe de novos excluídos. As transformações socioeconômicas ocorridas no início da década de 1990, ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema redirecionaram o foco das discussões sobre problemas sociais. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas qual a inserção se dava, nos anos 90 ela tornou-se a dificuldade de encontrar formas de inserção social, quaisquer que sejam elas.

Os impactos do aumento no grau de abertura comercial da economia brasileira puderam ser sentidos em quase todos os setores, porém em alguns incidiu com maior intensidade, como nas variáveis, nível de emprego e renda, as quais refletem diretamente na qualidade de vida e bem estar da população pobre. No próximo capítulo serão analisados os principais impactos da liberalização comercial no nível de emprego no período após 1990, no Brasil.

2.4 REFLEXOS DA ABERTURA COMERCIAL NO DESEMPREGO

A partir da década 90 observou-se no Brasil o aumento dos fluxos comerciais concomitante com transformações no mercado de trabalho. Na década de 90 a abertura comercial causou perdas de emprego, principalmente em função da maior concorrência direta, e também em função de aumentos da produtividade, dentre outros fatores.

Nos países em desenvolvimento, as evidências empíricas, como Robbins et. al. (1997), para a América Latina, mostra um aumento do diferencial salarial entre os trabalhadores qualificados e menos qualificados. Também Dupas (1998) destaca a elevação do trabalho informal na América Latina o qual cresceu quase 5% ao ano entre 1990 a 1994, enquanto o formal apenas 1% ao ano.

Segundo SLAUGHTER e SWAGEL (1997), a mais importante tendência do mercado de trabalho é o aumento da demanda por trabalho mais qualificado em detrimento da demanda por trabalho menos qualificado.

Pochman (2001) a economia brasileira nos anos 1990 consolidou um modelo solidário com o desemprego devido à revisão do papel do Estado na economia (racionalização e descentralização do gasto e privatização do setor público estatal); desregulação financeira (endividamento externo e maior dependência de ingressos financeiros) e econômica (fusão de grandes empresas

produtivas e financeiras); estabilização monetária associada à maior oferta dos produtos importados e ao ingresso de recursos externos; reinserção externa mediante elevadas taxas de juros que têm atraído mais significativamente as aplicações financeiras especulativas do que os investimentos produtivos.

Chahad (2003), em estudo do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (1995-2002), destaca as principais transições econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas, e suas implicações para a evolução do mercado de trabalho e para as mudanças nas relações de emprego ocorridas no Brasil na década de 90. Ainda segundo o autor essas transições refletem efeitos em praticamente todas as regiões e estados brasileiros, inclusive nas áreas metropolitanas, onde se concentram os pólos mais dinâmicos da economia brasileira.

Em relação às transições econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas, e seus impactos no mercado de trabalho e relações de emprego ocorridas no Brasil na década de 90, Chahad (2003), destaca:

A primeira transição refere-se à passagem de uma economia inflacionária para outra, na qual se convive com a estabilidade de preços. O controle dos altos níveis de inflação, que adveio do Plano Real, trouxe consigo o fim do “imposto inflacionário”, com implicações positivas para a diminuição dos índices de pobreza. Por outro lado, o controle da inflação, por meio da política monetária – altas taxas de juros, e controle do déficit fiscal restringindo o crescimento econômico –, originou taxas de desemprego aberto maiores, assim como um aumento do trabalho informal. A passagem de um regime de altas taxas inflacionárias para outro de estabilidade de preços acarretou, para a sociedade brasileira, outros impactos sobre o mercado de trabalho além da elevação do desemprego e da informalidade. CHAHAD (2003, p. 206).

O autor destaca que o controle da inflação trouxe melhorias na distribuição de renda, elevando o consumo de bens e serviços das classes mais pobres. Ressalta também que o surgimento de um novo perfil de consumidor acarreta mudanças no perfil de produção o que ocasiona o surgimento e desaparecimento de postos de trabalho específicos, com implicações para a estrutura do emprego.

A segunda transição diz respeito à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta. O processo de abertura comercial teve impactos setoriais bastante nítidos. Por exemplo, o setor industrial passou por uma forte reestruturação produtiva e organizacional, que levou à perda de dinamismo da economia brasileira e uma diminuição sensível da mão-de-obra absorvida pelos seus diferentes ramos industriais, implicando profundas transformações na geração de empregos, em sua qualidade e

nas relações de emprego. CHAHAD (2003, p. 206).

Segundo Chahad (2003), a liberalização da economia é acompanhada por uma série de fatores que impactam de maneira indireta no mercado de trabalho, e o maior grau de abertura causa uma elevação na elasticidade-preço da demanda dos bens, bem como os avanços tecnológicos oriundos do exterior são altamente poupadores de mão-de-obra. Esses fatores impactam no mercado de trabalho com consequências sobre o mercado de bens e serviços.

A terceira transição refere-se ao surgimento e proliferação de formas atípicas de ocupação e de novos contratos de trabalho, requerendo mudanças institucionais em todos os campos da vida econômica, originando um extenso e profundo processo de informalidade, o qual, no mercado de trabalho, tem contribuído para a flexibilização das relações de trabalho. CHAHAD (2003, p. 206).

Segundo o autor as principais causas da elevação da informalidade, são: as mudanças tecnológicas, e o fato de a reforma trabalhista, tributária e previdenciária não terem se completado na última década no Brasil.

A quarta transição diz respeito a uma lenta modificação do papel do Estado na sociedade, antes marcado por fortes estímulos à promoção direta da produção, tanto no setor público quanto no setor privado, e agora mais orientado para a fiscalização e regulação da economia. CHAHAD (2003, p. 207).

Chahad (2003) destaca que o processo de privatizações ocasionou ajustes no estoque de mão-de-obra das empresas privatizadas, com implicações ainda incertas para o mercado de trabalho, no médio e longo prazo. Também menciona os efeitos indiretos decorrentes dessa transição, pois na medida em que ocorre essa redefinição da atuação do Estado, limita-se a capacidade de formação de poupança interna, comprometendo, a capacidade de investimentos do país, causando danos para a absorção de mão-de-obra.

A quinta transição refere-se ao processo de inovação tecnológica implementado no Brasil desde o início da década de 90, nos primórdios da abertura comercial, como instrumento de resposta às crescentes pressões por maior competitividade e mais produtividade das empresas, decorrentes da globalização dos mercados. Por se tratar de um dos principais fatores determinantes do grau de competitividade entre países, setores e organizações empresariais, essas inovações tornaram-se condição indispensável ao desenvolvimento econômico-social, sendo processadas em níveis cada vez mais intensos, que levaram as empresas a repensar o

modo de organização do processo produtivo e as formas de gestão da produção, causando impacto no emprego, na estrutura ocupacional, no conteúdo do trabalho e nas relações de emprego. CHAHAD (2003, p. 207).

O autor complementa destacando os impactos das inovações tecnológicas no nível de capacitação dos trabalhadores aonde os trabalhadores com pouca escolaridade vão sendo excluídos do mercado de trabalho e substituídos pelos mais capacitados e com maior gama de competências.

De acordo com Arbache (2004, p. 153) a abertura comercial favoreceu a mão-de-obra mais qualificada e teve impacto negativo sobre a mão-de-obra de baixa qualificação, uma vez que no Brasil, a maior abertura externa ocorreu no contexto de avanço tecnológico.

A evidência aponta que o progresso técnico, de um lado, teve impacto positivo e significativo sobre a demanda de mão de obra qualificada e, do outro, um impacto negativo sobre o emprego de mão-de-obra de baixa qualificação. Isto se refletiu no aumento do salário relativo da mão-de-obra mais qualificada e, portanto, não houve melhora no padrão de desigualdade da renda derivada do trabalho na década de 1990.

A sexta transição refere-se ao elemento demográfico. Embora o crescimento populacional venha diminuindo sensivelmente há várias décadas, a pressão demográfica herdada do passado ainda foi muito forte na década de 90, e continuará sendo até o final da primeira década do terceiro milênio, quando os demógrafos afirmam que se encerrará a atual transição demográfica brasileira. O ainda forte crescimento da PEA brasileira, na última década, continuou trazendo dificuldades para a absorção de mão-de-obra pelo setor formal, com impactos no mercado de trabalho. CHAHAD (2003, p. 207).

Segundo Chahad (2003), a pressão demográfica contribui para a existência de elevadas taxas de desemprego nas áreas urbanas do país, e também destaca o aparecimento de uma “onda jovem”, oriunda do nascimento, em décadas passadas, que agora chegam ao mercado de trabalho. Sendo assim, a inexistência de um eficiente sistema de proteção social aos desempregados, pressiona o desemprego e a informalidade.

De acordo com estudo de Maia e Arbache (2001), a liberalização comercial, aliada à valorização da taxa de câmbio, custou empregos aos brasileiros, algo em torno de 2% a 3% do estoque de empregos existentes antes da abertura. Mais empregos, algo em torno de 4% a 7%, foram perdidos devido a ganhos na

produtividade do trabalho.

Sobre alterações na estrutura de emprego, BARROS et. al. (1996) encontram que a liberalização comercial é responsável pelo declínio no emprego industrial na primeira metade da década de 90, e MOREIRA e NAJBERG (1997) verificam que o aumento do comércio reduziu cerca de 6% os postos de trabalho na indústria. MAIA (2001) ressalta que MOREIRA e NAJBERG (1997) encontram em sua pesquisa impacto positivo da produtividade sobre o emprego, o que sugere ter havido baixa eficiência no período pós-abertura. Os resultados de MAIA (2001) mostram que, ao contrário, o impacto da produtividade do trabalho sobre o emprego é negativo, indicando ganhos de eficiência nesse período.

Soares, Servo e Arbache, (2000) destacam que a década de 1990 teve outras mudanças relevantes e com impactos potenciais sobre o mercado de trabalho além da liberalização comercial e financeira. Os autores enumeram que:

Ainda em 1990, mudanças da Constituição de 1988 estavam sendo implementadas, pois importantes mudanças ocorreram nos dois a três anos que se seguiram à sua promulgação. Algumas das alterações relacionadas ao mercado de trabalho foram: redução na idade e no tempo de contribuição para a aposentadoria, aumento na contribuição previdenciária, elevando o custo do trabalho, universalização da aposentadoria rural, mudando o mercado de trabalho rural, e a introdução do Regime Jurídico Único, incorporando ao regime estatutário grande parte dos trabalhadores do setor público.

Houve, no período, três planos de estabilização econômica – os Planos Collor I, Collor II e Real – sendo apenas o Plano Real exitoso no que se refere à estabilização dos preços. O Plano Collor I envolveu, além de congelamento de preços, significativa intervenção monetária na economia através do confisco dos ativos financeiros.

A partir da implantação do Plano Real, o Brasil teve um regime cambial quase fixo, sendo que de 1996 até o início de 1999, a moeda brasileira esteve sobrevalorizada, levando a mudanças nos preços relativos entre tradables e non-tradables. Segundo o IEDI (2001), houve valorização real do real face ao dólar de 20% entre julho de 1994 e maio de 1995. somente no início de 1999, houve forte desvalorização com potencial mudança dos preços relativos.

Também o período de 1990 a 1999 foi marcado por mudanças regulatórias em vários setores da economia, incluindo o mercado de trabalho (ex. banco de horas, *lay-off*, contrato temporário, etc.), e por várias privatizações. (SOARES, SERVO, ARBACHE, 2000, P. 6)

Portanto, atribuir as mudanças observadas no mercado de trabalho apenas à abertura comercial pode ser errôneo na medida em que elas também podem ter sido causadas por outras fontes.

Vale ressaltar que estudos recentes mostram que já no final da década de 1990 e principalmente na década 2000 houve melhoria na desigualdade de rendimentos do trabalho. Azevedo e Foguel (2007), em estudo através decomposição da desigualdade dos rendimentos do trabalho no Brasil, para o período 1995 e 2005, constataram que quase todas as medidas de desigualdade mostraram uma redução da concentração dos rendimentos do trabalho e ainda que o efeito preço teve papel mais importante para explicar a queda recente na desigualdade de rendimentos do trabalho.

Para PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ o problema de emprego no Brasil ate o ano de 1990 não era somente do desemprego, mas também da qualidade da mão de obra, pois o país apresentava taxas de desemprego menores que de muito outros países:

Até esse ano, costumava-se dizer que o maior problema do mercado de trabalho no Brasil não era o desemprego, e sim a “qualidade do emprego”, uma vez que, com as taxas de desemprego muito abaixo das da maioria dos países, a preocupação principal das autoridades deveria estar ligada não à necessidade de empregar mais pessoas, mas ao objetivo de diminuir a precariedade das relações de trabalho, que caracterizava parte substancial dos empregos. Em 1998, porém, esse quadro certamente mudou – para pior. De fato, com as taxas de desemprego ameaçando atingir o nível de dois dígitos, a afirmação de que o Brasil “não tem um problema de desemprego” não é pertinente. Para a análise do tema, é útil olhar separadamente os principais vetores que respondem por esse aumento do desemprego.
(PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ Joana Rio de Janeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1ª edição 1999).

Por outro lado, a abertura comercial tem um papel relevante nos índices de desemprego uma vez que varias cadeias produtivas do mercado brasileiro foram desorganizadas pelo crescimento das importações. Alguns segmentos produzidos no Brasil, não suportam a concorrência e os empregos que geravam acabaram “exportados” para países desenvolvidos.

2.5 TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO

Na década de 90 o mercado de trabalho brasileiro sofreu transformações resultantes da abertura comercial, porém outros fatores somados a maior

liberalização comercial também contribuíram para a elevação no índice de desemprego no país. Chahad (2003) destaca algumas das principais tendências do mercado de trabalho após a segunda metade da década de 90:

Crescimento contínuo da população economicamente ativa causado por fortes pressões demográficas;

Crescimento lento da ocupação total, devido às restrições ao trabalho infantil e do jovem (legislação mais severa), e das limitações impostas ao trabalho dos não-qualificados (inovação tecnológica e ambiente empresarial altamente competitivo);

Queda no emprego industrial decorrente do ajuste produtivo (consequência da abertura comercial) e aumento no emprego do setor Serviços (rota para uma sociedade moderna);

Estagnação do emprego com carteira assinada e aumento de formas atípicas de contratação (assalariado sem carteira assinada) e ocupação (autônomos), em parte refletindo a demanda por flexibilização nas relações de emprego e, também, decorrente da pobreza e miséria, mas, em ambos os casos, originando um aumento da informalidade no mercado de trabalho;

Aumento no conjunto de assalariados trabalhando mais que a jornada legal de trabalho, outro reflexo da busca da flexibilização, especialmente devido à estrutura rígida de encargos trabalhistas;

Avanço da terceirização da mão-de-obra, determinado, igualmente, pela busca de relações menos rígidas de emprego que permitam uma redução do custo da mão - de- obra;

Forte crescimento do desemprego aberto decorrente tanto das crises de natureza conjuntural, com o intuito de preservar a estabilidade de preços ou defender-se de crises internacionais,

Elevação do chamado “desemprego de longo prazo”, seja pelo agravamento das oportunidades de emprego derivado do ambiente competitivo imposto pela globalização, seja pela inexistência de um sólido Serviço de emprego que permita assistir o desempregado em sua busca por trabalho, com uma ampla oferta de serviços;

Queda acentuada, e generalizada, do rendimento real do trabalhador ocupado assalariado (com ou sem carteira); CHAHAD (2003, p. 215).

O autor atribui parte dessa queda dos ganhos reais à relativa estagnação do PIB, ou ao declínio da atividade econômica e lembra também que existem autores que acreditam tratar-se da continuidade do processo de flexibilização do mercado de trabalho, na ausência de uma reforma trabalhista ampla.

Percebemos que diante dos impactos da abertura comercial e também das demais transformações ocorridas na economia brasileira na década de 90 os trabalhadores enfrentaram um período de crescimento nas taxas de desemprego, esses acontecimentos também refletiram no nível de renda desses trabalhadores.

Souza (1997) afirma que a inserção no mercado com a abertura comercial tinha um componente diferente do quadro até então representado pelas suas estruturas de importação e exportação. Enquanto as importações têm elevação substancial de bens de capital, principalmente voltados para transportes e máquinas e equipamentos elétricos, e de alimentos, sendo que o primeiro responsável pela modernização recente da indústria brasileira, e a diminuição considerável na importação de combustíveis e lubrificantes e um declínio de importação de fertilizantes e ferro fundido/aço. Já no que se refere às exportações, a participação de produtos semifaturados ganha muita importância na pauta de exportações do Brasil, bem como produtos de consumo durável (carros) e bens com alta tecnologia (como aviões) ganham espaço.

Essas alterações econômicas impactam de forma significativa no mercado de trabalho e em sua estrutura:

A abertura comercial vem também acompanhada por programas de privatização de empresas estatais, desregulamentação de setores e planos de estabilização econômica, buscando, segundo o discurso oficial, criar um ambiente para o aumento da competitividade da economia brasileira. No setor privado, a modernização das empresas se materializou, em um primeiro momento (1989-93), através da racionalização da produção e da introdução de componentes importados. De 1994-98, devido à estabilização econômica proporcionada pela edição do Plano Real, há uma retomada dos investimentos físicos acompanhada por movimento intenso de fusões e aquisições (Carvalho e Feijó, 1999).

No entanto, segundo Dedecca (1999), tal modernização adquire um caráter de inovação organizacional e não tecnológica, pois, em um dos seus significados, representa apenas a substituição de equipamentos obsoletos.

As inovações organizacionais incrementam a eficiência da empresa, apresentando a vantagem de reduzir a pressão por mudanças, na medida em que o investimento fixo em reposição de equipamentos melhora as condições de utilização da capacidade produtiva existente através do casamento de gerações bastante díspares. Tais inovações não se restringem à reposição de equipamentos, mas abarcam também a introdução de novas formas de gestão da mão-de-obra como, por exemplo, a participação nos lucros e resultados, que tendem não só a melhorar a produtividade como também facilitar a diminuição dos salários reais em contexto de enfraquecimento do poder sindical (Dedecca, 1999).

3 METODOLOGIA

Varias foram as variáveis que influenciaram a economia no período de 1990, entre elas: a abertura econômica e as privatizações, ocorrem também forte incentivo aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, sucedendo a abertura comercial no Brasil, fazendo a reestruturação avançar; é certo que em alguns setores tiveram mais rapidamente que em outros investimentos e avanços.

Na década de 90, o Brasil passou por consideráveis transformações estruturais que abriram tendência para um novo tipo de inserção internacional do país [Malan (1998)].

Como resultado, a produtividade cresceu expressivamente, ainda que, partindo de um patamar bastante baixo.

Depois de uma longa história de taxas de inflação elevadas e crescentes, o Brasil conseguiu estabilizar os preços e fazer a economia crescer, ainda que a taxas moderadas, mas teve um abalo no mercado de trabalho e sucessivamente na renda dos brasileiros.

O presente trabalho não teve a intenção de abordar detalhadamente todas as variáveis que influenciam o nível de emprego, nem coleta de dados e pesquisas recentes que apresente evolução ou recessão no mercado de trabalho dos anos em comento ate o momento.

3.1 ANALISE DESCRITIVA

A análise descritiva teve como característica principal compreender as relações da abertura comercial, liberalização comercial, e as influencias no mercado de trabalho, bem como a demanda de empregos existentes antes da abertura.

A análise mostra também que por consequência da abertura as interferências na produtividade do trabalho nos anos apresentados.

A evolução da taxa de desemprego no Brasil no período de 1992 a 2009, assim como a taxa de desemprego dessazonalizada e taxa de crescimento da população ocupada no período 2010 a 2014, juntamente com o desenvolvimento da taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo no período de 1984 a

2009 foram as análises utilizadas para demonstrar o tema apresentado nessa produção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com estudo de Maia e Arbach (2001), a liberalização comercial, aliada à valorização da taxa de câmbio, retirou empregos dos brasileiros, algo em torno de 2% a 3% da demanda de empregos existentes antes da abertura. Mais empregos, algo em torno de 4% a 7%, foram perdidos por consequência de ganhos na produtividade do trabalho.

Segundo Rossi e Ferreira (1999), a produtividade-homem aumentou, em média, 6,25% entre 1990 e 1993, e 7,65% entre 1994 e 1997.

O Gráfico 1 a seguir apresenta a evolução da taxa de desemprego no Brasil no período 1992-2009. De acordo com o IPEA esse percentual refere-se às pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Em relação aos anos de 1994 e 2000, não há dados disponíveis em função da não realização da PNAD nos respectivos anos.

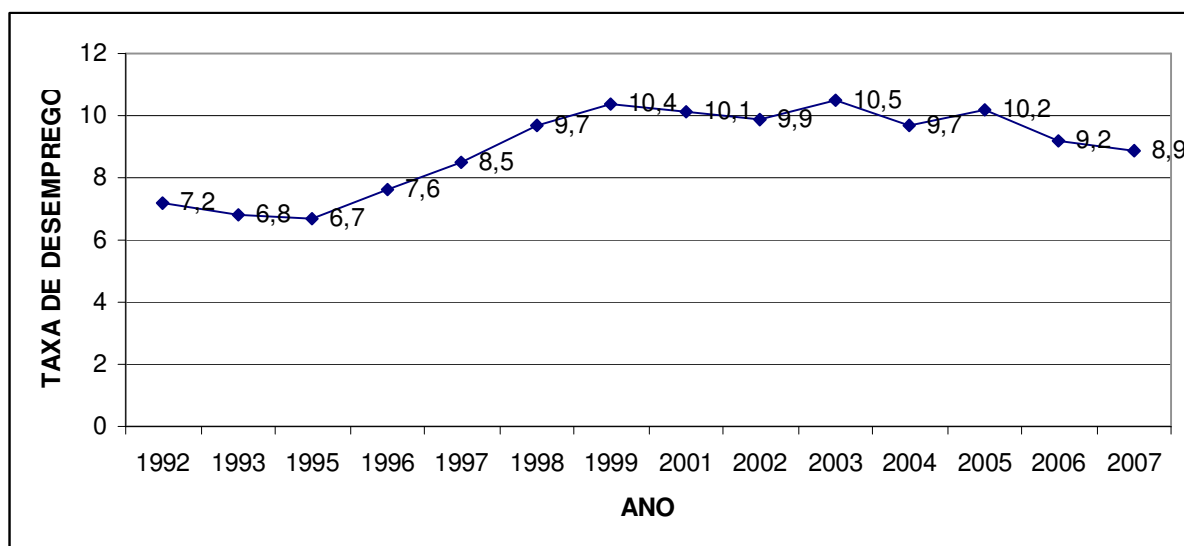


Gráfico 1 – Evolução da taxa de desemprego no Brasil no período de 1992 a 2009.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEA DATA.

Novamente o índice de desemprego apresenta elevação acentuada na década de 1990, somente a partir do ano de 2003 a taxa começa a cair de forma mais expressiva. Porém ainda continua bastante elevada contribuindo com as

desigualdades sociais do país.

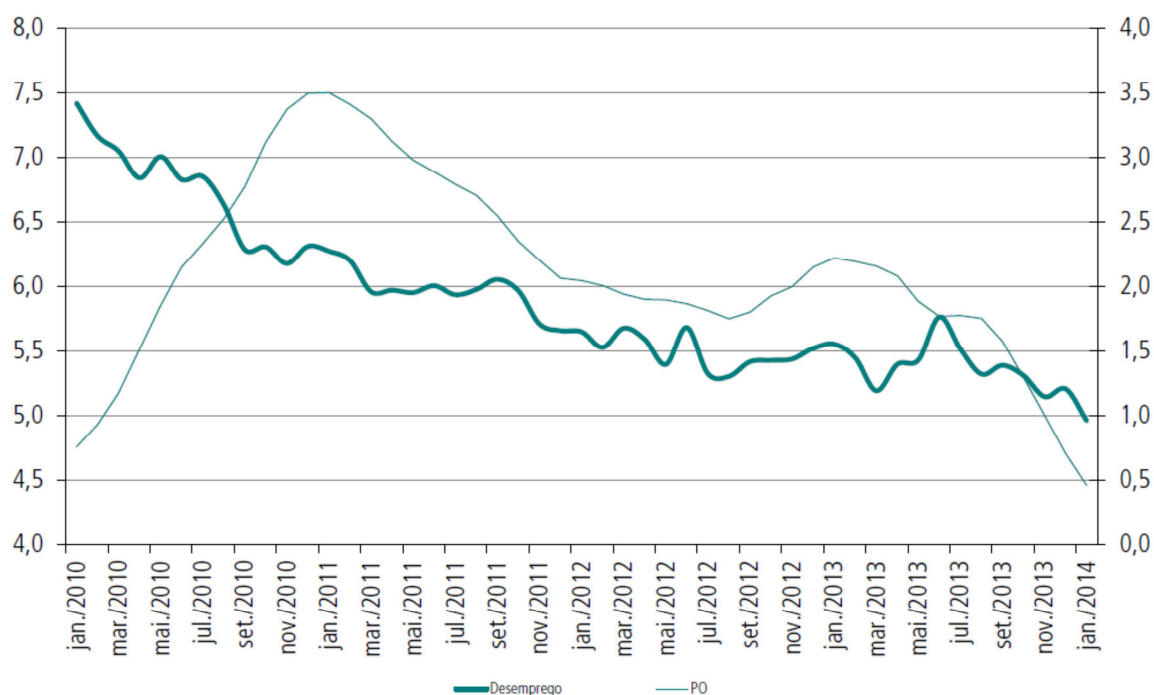


Gráfico 2 – Taxa de desemprego dessazonalizada e taxa de crescimento da população ocupada ¹no período 2010 a 2014.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração: IPEA/Dimac/Gecon.

Verifica-se que os dados de emprego divulgados evidenciam que, a despeito de uma estabilidade da taxa de desemprego em níveis baixos, há em curso um movimento de arrefecimento do mercado de trabalho.

Outra evidência é que o crescimento no grau de abertura da economia brasileira acompanha o aumento no nível de desemprego.

Tanto que Cacciamali (2000) ressalta que a globalização apresenta efeitos benéficos e perversos no mercado de trabalho:

O contexto da globalização, se, por um lado, encerra elementos que limitam a ação do Estado Nacional, por exemplo, no momento presente, no caso da seleção e implementação de uma determinada política econômica, por outro lado, requer sua ação ativa, nos moldes citados anteriormente. O objetivo nesse caso é filtrar determinados efeitos provocados pela maior exposição ao exterior e pela maior integração das economias. Alguns desses efeitos podem ser perversos, por exemplo, associados à perda da identidade cultural; outros podem ser muito rápidos, como a destruição de determinados segmentos empresariais e ramos de atividade domésticos intensivos em mão-de-obra que não dispuseram da oportunidade de se reestruturar em patamares tecnológico e de produtividade superiores; e outros podem ser positivos, como maior competição nos mercados e aumento nos níveis de produtividade. O Estado Nacional, dessa forma, se

¹ Taxa média de crescimento interanual (média móvel de doze meses)

mantém como palco de disputas e de conflitos com relação aos interesses e representações de diferentes grupos sociais, sendo um ator primordial na configuração da inserção internacional e do padrão de crescimento econômico implementado, bem como dos resultados sociais e da distribuição de renda. (Cacciamali, 2000, p. 170)

Pochmann (2001) surge com uma lógica muito forte se for analisado o gráfico do desemprego na região metropolitana de São Paulo, principal pólo econômico-industrial do país. Na década de 1990 até 2003, a taxa de desemprego elevou-se de quase 7% em janeiro de 1990 passando a girar próximo a 20% entre 2003 e 2004, sendo que somente a partir de maio de 2004 ocorrendo à diminuição gradativa das taxas de desemprego nessa região, chegando a fevereiro de 2009 a 13,6%.

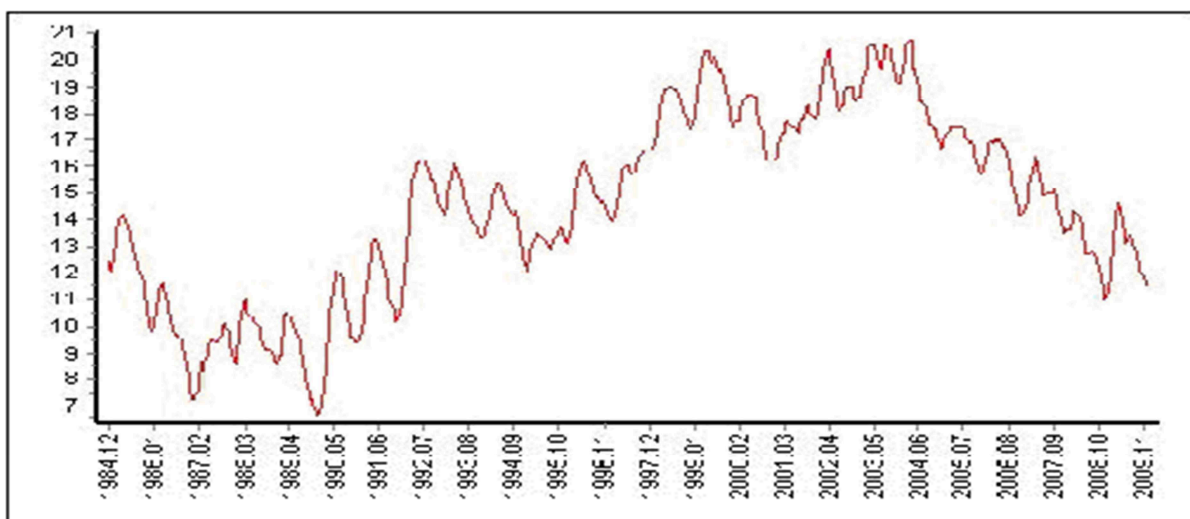


Gráfico 3 – Evolução da taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo no período de 1984 a 2009
Fonte: IPEA DATA.

Observa-se no gráfico um grande aumento na taxa de desemprego na RMSP a partir da década de 1990 até o ano de 2003, onde a taxa atinge um teto de aproximadamente 21%, a partir do ano de 2004 percebemos uma acentuada queda chegando a 10% no ano de 2008.

Assim, com a elevação dos níveis de desemprego e a elevação do grau de instrução, as empresas podem substituir trabalhadores com menor nível educacional por trabalhadores com melhor escolaridade, ganhando produtividade, sem repassar todos os ganhos produtivos em rendimentos aos trabalhadores.

Arbache; Corseiul (2004) apresentam alguns dados interessantes sobre a alteração da estrutura do mercado de trabalho no Brasil após a abertura comercial:

Uma análise das taxas de crescimento ponto-a-ponto da participação do emprego industrial entre os anos de 1987 e 1998 também indica que teria havido realocação do trabalho, já que algumas indústrias ganharam enquanto outras perderam participação relativa no emprego. Os cinco setores que mais ganharam participação no emprego foram indústrias diversas, com crescimento de 40,4%, alimentação, com 29,5%, farmacêuticos e perfumaria, com 20,7%, artigos de vestuário, com 18,2%, e plásticos, com 15,4%. Os cinco setores que mais perderam participação foram extrativa mineral, com crescimento de -46,2%, têxtil com -42,7%, elétrico e eletrônico, com -38,5%, petróleo e gás, com -35,5%, e indústria da borracha, com -20,8%. Não há um padrão tecnológico aparente na mudança do emprego industrial, uma vez que tanto indústrias trabalho-intensivas como capital-intensivas experimentaram crescimento e queda da participação no emprego.

O prêmio salarial inter-industrial controlado apresentou leve queda no nível e no desvio padrão após a abertura, sugerindo que a formação dos salários tornou-se mais competitiva. Uma vez que se omite dos dados às indústrias de petróleo e gás e refino de petróleo – que são setores altamente concentrados, sob controle do Estado, e que foram pouco afetados pela abertura, o que lhes permite experimentar elevados prêmios salariais – a média de prêmio salarial cai para 4,2% antes da abertura, e para 4,5% após a abertura, níveis muito inferiores aos observados com aquelas indústrias. (...) As taxas de crescimento dos prêmios mudaram significativamente entre 1987 e 1998. Os setores que experimentaram as maiores quedas foram à indústria extrativa mineral, com -82%, indústrias diversas, com -76%, máquinas e tratores, com -47%, extração mineral, com -44,5%, e alimentos, com -44%. As indústrias que apresentaram maiores taxas positivas de crescimento dos prêmios foram à indústria da borracha, com 10%, veículos e peças, com 13,2%, calçados, com 25,4%, farmacêutica e perfumaria, com 37,4%, e celulose e papel, com 164%. (Arbache; Corseiul, 2004, p. 493 a 494)

Esse trabalho demonstra que ocorreram realocações do trabalho entre os diversos mercados, porém os níveis de determinação salariais apresentaram evolução, que no caso dos autores determinam como sendo resultado da competitividade imposta a indústria nacional frente à concorrência externa.

Verifica-se que ocorreram mudanças no mercado de trabalho, que os autores determinam como sendo resultado da competitividade imposta a indústria nacional em razão da concorrência externa.

Outro ponto importante é que não é possível atribuir às mudanças observadas no mercado de trabalho apenas à abertura comercial, na medida em que elas também podem ter sido causadas por outras fontes.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nada obstante a amplitude do tema buscou-se de forma sucinta, traçar os aspectos que a abertura comercial impacta no mercado de trabalho brasileiro, conforme entendimento da literatura sobre o assunto.

A abertura comercial e em especial a sua intensificação na economia brasileira teve impactos diretos no comportamento do emprego na visão doutrinária, em especial no período pós 1990.

Observa-se que a economia brasileira ainda tem um baixo grau de abertura, porem, tem apresentado uma evolução positiva em seu processo em pleno avanço a cada década, contribuído pelo processo disponibilização comercial, como abolição de alguns regimes especiais de importação, flexibilização de barreiras não tarifárias, redução das tarifas de importação, mais facilidade à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado, privatizações, liberalização financeira, além de planos de estabilização econômica, proporcionando um ambiente favorável para o aumento da competitividade da economia brasileira.

Segundo avaliação apresentada, inicialmente houve um impacto negativo no nível de desemprego, vindo com o passar do tempo, uma queda expressiva, sinalizando uma necessidade de investimentos maciços na educação e qualificação das pessoas para o mercado de trabalho e também na geração de postos de trabalho.

Porém, a economia brasileira possui alguns entraves como: a elevada carga tributária, a qualidade da educação pública precária, o ainda elevado índice de desemprego e informalidade, dentre outros, os quais necessitam ser superados ou ao menos minimizados.

O presente trabalho não teve a intenção de abordar de maneira detalhada todas as variáveis que influenciam o nível de emprego, mas apenas relacionar de que forma a abertura comercial causa impactos no mercado de trabalho, concluindo que as mudanças ocorridas no nível de desemprego não são creditadas totalmente ao fator, abertura comercial, o qual é apenas um dos vários fatores que influenciam essa variação.

REFERÊNCIAS

- ARBACHE, Jorge S. CORSEIUL, Carlos Henrique. **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário**. Rio de Janeiro: RBE, Out./ Dez. 2004.
- ARBACHE, Jorge S. **Os Efeitos da Globalização nos Salários e o caso do Brasil**. Campinas: Economia, v.1, n.1, p.59-92, jan. 2000a.
- ARBACHE, Jorge S., CORSEUIL, C. H. **Liberalização comercial e estrutura de emprego e salários**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28, 2000, Campinas, SP. Anais... Campinas: ANPEC, 2000.
- BARROS, Ricardo P. de et al. **O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24, 1996, Águas de Lindóia, SP. Anais... Niteroi: ANPEC, 1996. p.534-552.
- CACCIAMALI, Maria C. **Globalização e Processo de Informalidade**. Campinas: Economia e Sociedade, jun. 2000. Disponível em www.scielo.com.br, acessado em 27 de mai. de 2016.
- CARVALHO JR, P. H. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Brasília: IPEA, nov. 2006. (Texto para Discussão, 1236).
- CHAHAD, J. P. Z. **Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo Perspectiva, v. 17, n. 3-4, 2003.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. Paz e Terra, São Paulo: 1999.
- FOGUEL, M. N.; AZEVEDO, J. P. **Uma decomposição da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil: 1984-2005**. Rio de Janeiro, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.247). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- HARRISON, A. **Openness and growth: a time series, cross-country analysis for developing countries**. Journal of Development Economics, v.48, 419-447, 1996.
- KUME, H., PIANI, G., SOUZA, C. F. **A política brasileira de importação no período 1987/98: descrição e avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, mimeo.
- KUME, Honório. **A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 90. Impactos sobre emprego e Salário**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego, IPEA, 2003, p. 199-211.
- MAIA, Alexandre G. **Perfil do desemprego no Brasil nos anos 2000. Carta Social e do Trabalho**, Campinas: Unicamp. IE. Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, n. 6, maio/ago. 2007.

MAIA, K. (2001). **Progresso tecnológico, qualificação da mão-de-obra e desemprego**. Tese de Doutorado, Departamento de Economia, Universidade de Brasília.

MAIA, K. **O impacto do comércio internacional, da mudança tecnológica e da demanda na estrutura de emprego, por nível de qualificação, no Brasil, 1985-1995**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2001, Salvador, BA. Anais... Belo Horizonte: ABET, 2001.

MAIA, K., ARBACHE, J. S. **O impacto do comércio, da mudança tecnológica e da demanda final na estrutura de qualificação do emprego no Brasil: 1985-1995**. Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 2001, mimeo.

MIRANDA, J.C. **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990** - IPEA, 2001. (Texto para Discussão, nº. 829) Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0829.pdf. Acesso em: 23.mar.2016.

MOREIRA, M., NAJBERG, S. **Abertura comercial: criando ou exportando empregos?** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 28, n. 2, p. 371-398, 1998.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ Joana. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1ª edição 1999.

POCHMANN, M. 1999. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRICHETT, L. **Measuring outward orientation in developing countries: can it be done?** Journal of Development Economics, v. 49, n. 2, p. 307-335, 1996.

RAPOSO, Daniela Almeida; MACHADO, Ana Flávia. **Abertura comercial e mercado de trabalho**: resenha bibliográfica. Belo Horizonte, UFMG, CEDEPLAR, Texto para Discussão 177, 2002.

SOARES, Sergei; SERVO, Luciana M. S. ARBACHE, Jorge. **O que não sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em www.ipea.gov.br, acessado em 08 mar. de 2016.

WOLFE, Marshall. Globalization and social exclusion – some paradoxes. In: GARRY ROGERS, Charles Gore & FIGUEIREIDO, José (orgs.). Social exclusion: rethoric, reality, responses. USA, International Institute for Labor Studies, 1995.